



RESOLUÇÃO

PROVA PF 2004 - NÍVEL MÉDIO

Respostas Comentadas - Cargo 30 – Agente Administrativo

CONHECIMENTOS BÁSICOS: Língua Portuguesa, Noções de Informática e Atualidades	
01 C	O assunto social da questão é Racismo e Escravidão. A Lei das Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial tiveram tramitação por mais de dez anos no Congresso Nacional. Os defensores dessas políticas viam sobretudo compensar os negros pela chaga da escravidão vivida no país até o final do século XIX.
02 E	Muito pelo contrário, o acesso à escola, principalmente às universidades, e o acesso a melhores cargos e salários nas empresas brasileiras são, de longe, vantagens para os brancos, em prejuízo aos negros e pardos. Deve demorar muito, ainda, para se falar em igualdade de oportunidades de acesso.
03 E	A ideia principal do texto é a repulsa do autor em relação à situação de escravidão vivida na época no Brasil.
04 E	Em nenhum momento do texto fica evidente que o autor tem adeptos concretos de sua forma de pensar.
05 E	O termo <i>para a qual</i> retoma a expressão <i>consciência nacional</i> .
06 E	O adjetivo <i>hereditária</i> no texto tem a semântica de aquilo que é herdado como hábito, nada tendo a ver com genética.
07 C	Houve claramente nas duas expressões o emprego conotativo da linguagem.
08 E	O pronome <i>la</i> retoma o substantivo <i>alma</i> .
09 C	No trecho é possível a flexão do adjetivo <i>bastantes</i> que concorda com o substantivo <i>compatriotas</i> .
10 E	O verbo <i>infligir</i> significa aplicar.
11 E	As vírgulas foram utilizadas para isolar a locução adverbial <i>no presente</i> .
12 C	A emissora árabe não foge da notícia e não repete as emissoras ocidentais na crença de que basta não falar em um assunto para fazer com que ele desapareça. A Al Jazeera cobre o Hamás e o Hizbolah tanto quanto a Autoridade Palestina e o governo Obama.
13 C	Realmente, é considerado ainda pelos EUA como o maior atentado da história.
14 C	O homem percebe que não vive isolado, que é, também ele, um cidadão "globalizado", quando toma conhecimento das grandes inovações tecnológicas, como os supercomputadores e os novos materiais; informa-se sobre a disseminação de novas doenças, e sobre problemas ambientais do mundo, como a destruição da camada de ozônio; conhece um pouco mais sobre as grandes tragédias contemporâneas, como as guerras e a fome que afetam povos de todos os continentes.
15 E	Não. No texto, o autor Frei Beto não aponta a utilização da tecnologia como causa do modelo de globalização que prejudica os direitos humanos. Segundo ele, o avanço tecnológico das comunicações dá condições de percebermos que as pessoas parecem que ficaram mais próximas umas das outras, pois podem ver ao mesmo tempo o que ocorre do outro lado do planeta.
16 C	A palavra <i>devido</i> , no caso do texto, exigiria a preposição <i>ao</i> .



17 C	A substituição proposta é pertinente ao trecho do texto.
18 C	O verbo <i>assistir</i> está empregado no texto com a semântica de <i>ver</i> , exigindo, pois, a preposição <i>a</i> .
19 E	A substituição proposta é pertinente ao trecho indicado do texto.
20 C	Bom, seria até ingenuidade dizer que cada chefe de Estado não está preocupado mais exclusivamente (pra não falar “apenas”), com o seu país.
21 C	O substantivo <i>genocídio</i> está empregado com a semântica indicada na questão.
22 E	O emprego foi conotativo, isto é, figurado.
23 C	Isto tudo resulta de avanços tecnológicos de interação dos meios de comunicação e informação, que permitem o deslocamento, em tempo real, do capital financeiro, com o objetivo de desestabilizar (e descapitalizar) governos que resistem à hegemonia capitalista neoliberal.
24 C	Para se restringir, a oração não pode vir entre vírgulas.
25 C	A afirmativa da questão vem reforçada pelo trecho do texto que vai da linha 7 à 11.
26 E	O Continente participa com aproximadamente 2% apenas do comércio mundial e possui um pequeno e empobrecido mercado consumidor.
27 E	Mesmo com toda sua tecnologia e influência os EUA não conseguiram encontrar Osama.
28 C	As duas locuções não têm relação semântica.
29 E	A afirmativa da questão esbarra no que foi argumentado no § 2.
30 C	De fato, todas estas operações acabaram por mobilizar grande parte da PF em diversos Estados brasileiros e mandaram pra cadeia de pessoas “simples” a grandes e conhecidos empresários e até políticos.
31 E	O texto diz que as lideranças pacifistas precisam deixar de atacar apenas as consequências dos problemas (silenciar os tambores marciais), mas precisam agir também sobre a origem dos problemas (fraudes que os motivaram).
32 E	Muito pelo contrário, foi comprovado que não havia tal arsenal e que o petróleo foi o principal motivo da invasão norte americana.
33 C	Constantemente se acompanha pelos teles jornais escândalos como os que ocorrem no cenário nacional, seja na política ou na economia.
34 C	Em economia, recessão é uma fase de contração no ciclo econômico, isto é, de retração geral na atividade econômica por um certo período de tempo, com queda no nível da produção (medida pelo Produto Interno Bruto), aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro e aumento do número de falências e concordatas, aumento da capacidade ociosa e queda do nível de investimento.
35 C	Al-Qaeda que significa “A Fundação” ou “A Base”) é uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visariam, supostamente, reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos.
36 C	São muitos os males do cigarro sobre o organismo das pessoas que estão a nossa volta cotidianamente. É do tabaco, erva da família das solanáceas (<i>Nicotiana tabacum</i>) que possui nicotina, que é feito o cigarro. O cigarro contém uma mistura de cerca de 4.700 substâncias tóxicas. Parte delas é gasosa – incluindo o monóxido de carbono, e algumas são partículas, como o alcatrão e a nicotina. O alcatrão, além dos radioativos urânio, polônio 210 e carbono 14, concentra 43 substâncias comprovadamente carcinogênicas, ou seja, que provocam o câncer, já que alteram o núcleo das células. A fumaça do cigarro contém toxinas que produzem irritação nos olhos, nariz e garganta, bem como diminuem a mobilidade dos cílios pulmonares, ocasionando alergia respiratória em fumantes e não-fumantes.



37 E	O imposto sobre o cigarro, embora não seja suficiente para cobrir os custos dos seus malefícios, é alto sobre o total do produto. A carga tributária sobre a cerveja é de 56% sobre o preço final. Já o cigarro tem 58,8% de imposto sobre seu preço.
38 C	No Brasil, 9 pessoas morrem, por hora, por alguma doença associada ao tabaco, comentou. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o tabagismo é hoje uma doença pediátrica, pois a maioria dos fumantes experimenta o primeiro cigarro e se torna dependente antes dos 18 anos.
39 C	Verdade, esta é mais uma tentativa de conscientização sobre os tantos malefícios do cigarro.
40 C	Podem-se inserir equações no Word 2002 ou 2003 clicando em <u>Inserir</u> e depois em <u>Objeto</u> , na janela <u>Objeto</u> deve-se clicar em <u>Microsoft Equation</u> e depois escolher a equação desejada. Também é possível clicando em <u>Inserir</u> e depois em <u>Campo</u> , na janela <u>Campo</u> , em <u>Nomes de campos</u> clicar e selecionar a opção <u>Eg</u> . A mesma ferramenta de equações será exibida.
41 C	Clicar na primeira palavra de um parágrafo, segurar a tecla CTRL pressionada e clicar na segunda palavra do mesmo parágrafo fará com que o parágrafo seja selecionado até o próximo sinal de pontuação (ponto).
42 E	Clicar em qualquer opção deste campo não abre janela alguma, simplesmente aplica o estilo escolhido no parágrafo que contém o cursor.
43 E	O Word 2002 ou o 2003 não abrem e nem convertem arquivos do formato PDF para o formato do Word (formato DOC).
44 C	Realmente clicando em Ferramentas e depois em Opções é possível configurar ou definir a página inicial que o usuário quer ver sempre que abrir o Internet Explorer.
45 C	Este botão exibe o histórico de navegação permitindo a partir de suas opções escolher endereços já visitados para nova visualização.
46 E	O Internet Explorer 6 não possui antivírus, e o botão com a lupa serve para abrir a ferramenta de busca do IE6 e não para ativar ferramentas de anti-vírus.
47 C	Quando a Caixa de Entrada estiver selecionada, esta informação estará disponível na barra de status na parte inferior da tela (1954 mensagem e 491 não lidas) do Outlook 6.
48 E	Se o botão que aparece na questão (Enviar/Receber) for clicado o Outlook irá enviar todas as mensagens que estão na Caixa de saída, também irá ao servidor de entrada para trazer as mensagens para a Caixa de entrada. Isto ocorrerá somente se houver uma conexão disponível com a Internet.
49 C	Ao se clicar sobre a legenda ou cabeçalho da linha 1 ela ficará selecionada, utilizando-se CTRL + N todo o conteúdo ficará em negrito, clicar na caixa com o tamanho da fonte e escolher fonte 12 passará o conteúdo da linha 1 para fonte 12.
50 E	Para se obter esta soma o correto seria clicar a célula B5 e ali escrever =SOMA(B2:B4). Lembre-se funções e fórmulas devem sempre ser iniciadas com sinal de igualdade. Para se calcular de um ponto até o outro (um intervalo com mais de duas células) deve-se usar o operador dois pontos. O operador que soma um intervalo com outro é ponto e vírgula. O operador de intervalo vírgula que aparece na questão não existe.
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:	
51 E	Para o fecho (finalização), use <i>Respeitosamente</i> quando o destinatário do Ofício for autoridade superior em relação ao remetente, e use <i>Atenciosamente</i> para a mesma hierarquia ou hierarquia inferior.
52 E	O Ofício não deve conter a data em que foi EXPEDIDO. Deve conter o local e a DATA DE EMISSÃO, além da sua identificação (tipo, número e sigla do órgão remetente).
53 E	Segundo consta no Manual de Redação da Presidência da República, deve-se utilizar <i>Excelentíssimo</i> e <i>Vossa Excelência</i> para chefes de poder (presidente da República, presidente do Congresso e presidente do STF). Use <i>Senhor</i> e <i>Vossa Senhoria</i> para demais autoridades (Senhor Senador, Senhor Ministro, Senhor Governador, Senhor Juiz).
54 E	Entende-se pelo que foi apresentado, que a missão do funcionário era a emissão de um RELATÓRIO, ou seja, um documento que contém informações sobre tarefas executadas e/ou sobre fatos ou ocorrências, inquéritos e sindicâncias.



	Portanto, não cabe no documento a OPINIÃO DE VALOR apresentada pelo funcionário (“o indivíduo Y parece falsear os fatos”). Essa opinião somente poderia constar em outro documento, chamado PARECER.
55 E	O RELATÓRIO é documento suficiente para emissão e remessa, sem necessidade de Ofício de encaminhamento, tendo em vista que apresenta, para isso, certas características formais e estilísticas: título, abertura (origem, data, vocativo etc.) e fecho (saudações protocolares e assinatura).
56 C	Sim. A reprodução das ideias constantes no texto direto (falas dos personagens) foi fielmente apresentada no relatório, na forma de texto indireto (relato da fala).
57 E	O verbo TER não pode substituir o verbo HAVER. Como o chefe pediu ao funcionário que fossem respeitadas as regras da norma padrão da língua escrita, o correto seria o funcionário escrever “se ele tinha certeza de que HAVIA dois carros”.
58 E	Errado. Quando houver necessidade de escrever o pronome oblíquo “o” (o, os, a, as) depois de verbos finalizados em nasais, sua forma deve alterar-se para “no” (no, nos, na, nas), ficando “chamassem-no”. Apenas disso, não poderia, nesse caso, usar a ênclise (colocação do pronome oblíquo após o verbo) pelo fato de existir antes do verbo a presença da conjunção condicional “se”. Portanto, o correto seria o uso da próclise (pronome antes do verbo): “Se o chamassem”.
59 C	Exatamente. Um REQUERIMENTO (ou PETIÇÃO) representa uma solicitação de algo a uma autoridade do serviço público. Deve-se claramente indicar a finalidade do pedido, tendo presente as características apresentadas na questão, entre outras.
60 X	ITEM ANULADO APÓS ANÁLISE DE RECURSOS.
61 E	Relações interpessoais demanda habilidade na relação com o(s) outro(s). Saber manter um equilíbrio na emissão de opiniões indica bom-senso. Franqueza demais às vezes atrapalha e leva a conflitos. Também possuir limites bem definidos e coerentes nos relacionamentos pessoais e profissionais é sinônimo de maturidade e, portanto, necessário para a harmonia nos grupos.
62 C	A inteligência emocional consiste na capacidade de reconhecer os próprios sentimentos e os dos outros, bem como a habilidade de lidar com eles. Considerando que os gestores são os responsáveis pela condução harmoniosa do seu grupo de colaboradores, de forma a unificá-los na busca de um objetivo comum, é de fundamental importância que tenham a habilidade de inteligência emocional desenvolvida. Com isso, conseguem gerar para as organizações diferenciais competitivos.
63 C	Relações humanas positivas levam a um clima organizacional também positivo. Em um ambiente com essa característica, as pessoas trabalham muito mais satisfeitas e felizes, e como comprovado estatisticamente, pessoas felizes e satisfeitas produzem mais e melhor.
64 E	Agregação de valor é um termo de cunho estratégico, constituído pelas características e atributos de desempenho que as organizações inserem em seus bens ou serviços, tornando-os mais atrativos aos olhos dos clientes. Portanto, incompatível com a ideia de resolução de problemas.
65 C	Em um grupo onde os membros possuem maturidade emocional para conciliar necessidades particulares com necessidades coletivas, bem como entenderem o que é possível extrair do ambiente em que estão inseridos, as relações interpessoais tornam-se muito mais tranquilas e propensas ao sucesso.
66 C	Os membros de um grupo nem sempre estão de acordo sobre certas questões. Sempre que essa divergência é vista como incompatível e resulta em interferência ou oposição a interesses, emerge o conflito.
67 E	Nem sempre os conflitos são ruins. Níveis baixos e moderados de conflitos têm evidenciado influências positivas no desempenho dos grupos, por meio da redução da apatia, estagnação e resistência à mudança.
68 C	É verdadeira a afirmação de que algumas organizações ainda relutam em profissionalizar a função de relações públicas. Porém, é crescente a valorização e demanda por profissionais especializados nesta área, os quais têm a responsabilidade de planejar, implantar e desenvolver o processo de comunicação institucional, promovendo a integração da organização com seus diferentes públicos.
69 E	A função de relações públicas demanda um olhar para os clientes internos, a fim de estabelecer uma compreensão mútua entre a organização e seu pessoal.



70 C	Instrumentos como pesquisas de opinião, ouvidoria e caixa de sugestões funcionam como coletores de dados que, após analisados, transformam-se em informações importantes no processo de retroalimentação dos processos de uma organização. Com isso é possível otimizar o uso dos recursos e maximizar objetivos.
71 C	As atividades de relações públicas visam estabelecer e manter um processo de comunicação com os diversos grupos aos quais a organização está ligada, direta ou indiretamente, visando gerar junto a esses grupos uma imagem positiva da organização.
72 C	O trabalho de construção e manutenção de uma imagem positiva junto aos diversos grupos com os quais uma organização se relaciona é fator preponderante para o seu sucesso.
73 C	O conhecimento dos possíveis canais de comunicação e a adequação de cada um para uma necessidade específica é fundamental para que Lúcio obtenha sucesso.
74 E	A comunicação horizontal, ou seja, entre pares, permite uma maior informalidade. Já a vertical, entre níveis hierárquicos distintos, demanda comumente um processo de comunicação mais formal. Lúcio deve saber identificar o que exige cada situação.
75 C	O e-mail é um canal de comunicação que vem sendo cada vez mais utilizado, bastante adequado para as comunicações internas. Lúcio precisa apenas cuidar da linguagem que estará usando para escrever a sua mensagem (usar linguagem formal, objetiva, clara).
76 E	É próprio do ser humano a emissão de mensagens não-verbais que podem acontecer por meio do olhar, mímicas, posturas do corpo, gestos, etc. Nas organizações esse tipo de comunicação também ocorre e saber entender essas mensagens demonstra habilidades interpessoais e podem se caracterizar como informações importantes para melhorar os processos organizacionais.
77 C	Jargão corresponde a uma expressão ou palavra comum para um ou diversos grupos profissionais. Portanto, ao utilizar terminologia especializada ou linguagem específica de seu grupo profissional, Lúcio está fazendo uso de jargão.
78 C	Comunicação eficaz é aquela que atinge aos seus objetivos. Se alguma informação foi solicitada a Lúcio é porque ela deverá estar sendo usada como insumo em um processo de decisão. A manipulação da informação faz com que ela não cumpra corretamente à sua função de apoio à decisão, portanto, levando o processo de comunicação à ineficácia.
79 E	A comunicação será descendente quando estabelecida com níveis hierárquicos inferiores (da direção para o subordinado) e ascendente quando estabelecida com níveis hierárquicos superiores (do subordinado para a direção).
80 E	As redes de comunicação utilizadas por Lúcio são formais, haja vista que ele está desempenhando funções profissionais. Além disso, a grande maioria dos seus contatos é de níveis superiores o que exige, independentemente dele conhecê-las ou não, certo grau de formalismo.
81 C	A negociação é a base de todo processo de solução de conflitos. Conciliar, dentro do possível, metas organizacionais com interesses pessoais dos funcionários é um grande passo para o restabelecimento do clima organizacional positivo.
82 C	No processo de solução do conflito, a comunicação tem que ser clara e objetiva para que informações reais sejam colhidas e utilizadas como base do processo de negociação.
83 E	Organogramas, fluxogramas, estatutos e regimentos internos são instrumentos de organização e arranjo estrutural. Portanto, uma avaliação desses instrumentos é importante e coerente quando se deseja solucionar problemas estruturais ou otimizar processos, não relações pessoais e clima organizacional.
84 E	Sugerir demissão dos insatisfeitos significa fechar os olhos para o problema; é não solucionar o problema. Ações dessa natureza não geram melhora ou restabelecimento de um clima organizacional positivo. A melhor alternativa é identificar a causa da insatisfação dos funcionários e buscar saná-la. Ações de integração seriam mais produtivas.
85 C	O processo de auto-reflexão possibilita ao funcionário perceber quais são os seus pontos fortes e fracos; leva ao auto-conhecimento e, conseqüentemente, maior consciência do seu papel e contribuição junto a seus pares. Já o processo participativo leva os funcionários a uma maior aproximação uns dos outros e, sobretudo, ao conhecimento dos colegas. Fatores estes importantes quando se deseja mudança positiva no clima organizacional em uma organização.



86 E	ATIVO PERMANENTE: Grupo de contas que englobam recursos aplicados em todos os bens ou direitos de permanência prolongada, destinados ao funcionamento normal da sociedade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. O Ativo Permanente é composto de 3 subgrupos: Investimentos, Imobilizado e Diferido.
87 C	ATIVO são todos os bens e direitos de propriedade da entidade, que são avaliáveis em moeda e que representam benefícios presentes ou futuros. Segundo o art. 179 da Lei nº. 6.404/ 07 as contas que serão classificadas como ativo circulante são: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
88 C	A Lei n 10.303/01, que alterou o parágrafo 6 do art. 202 da Lei das SA já determinava que o lucro do período não distribuído (reservas e dividendos) deveria ser distribuído como dividendos. Portanto, desde esta época, que a conta "Lucros Acumulados" teria que ter saldo zero. Agora, as alterações da Lei 11.638/07 só veio reforçar o fato, pois somente existirá, no Balanço Patrimonial, a conta "Prejuízos Acumulados", pois, se houver lucro, tudo será distribuído.
89 E	Os estoques de mercadorias, matérias-primas, outros materiais e componentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou pelo valor de mercado, quando este for menor. Os estoques de produtos acabados e em elaboração e os serviços em andamento são avaliados pelo custo de produção, atualizado monetariamente, ou valor de mercado quando este for menor. Os estoques obsoletos ou inservíveis, são avaliados pelo valor líquido de realização e os estoques invendáveis devem ser baixados. Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos, destinados à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado.
90 E	PASSIVO EXIGIVEL é o termo que compreende tanto as contas de PASSIVO CIRCULANTE, quanto as contas de PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO. Isso porque tanto as contas que estão classificadas no PASSIVO CIRCULANTE, quando PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO, algum dia serão cobradas (nas respectivas datas de vencimento), assim elas serão EXIGIDAS. Daí o termo de PASSIVO EXIGIVEL. Logo, o somatório dos valores de PASSIVO CIRCULANTE mais os valores do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO correspondem ao PASSIVO EXIGIVEL. Sendo assim o valor que será classificado em PASSIVO EXIGIVEL será o próprio valor da compra, tendo em vista que uma parte será classificada no PASSIVO CIRCULANTE e a outra no PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO.
91 C	No processo de planejamento e programação da produção a demanda por qualquer item deve ser prevista e calculada para evitar transtornos produtivos. A demanda dependente consiste naquela demanda por um item, componente ou produto que é relativamente previsível devido a sua dependência de alguns fatores conhecidos. Por exemplo, o gerente encarregado de garantir que haja pneus suficientes em uma fábrica de automóveis não trata a demanda de pneus como uma variável totalmente ao acaso. O número de pneus que será necessário estará vinculado ao número de carros programados para ser produzidos. Mesmo nesse caso, há necessidade de planejamento e programação.
92 E	LIFO (<i>last in first out</i> – último a entrar, primeiro a sair) e FIFO (<i>first in first out</i> – primeiro a entrar, primeiro a sair) são critérios de avaliação de estoques utilizados para determinar valor residual do estoque e o custo dos produtos vendidos de uma organização, em um determinado período, visto que uma organização pode adquirir os mesmos materiais em datas e preços diferentes. Assim, o LIFO torna-se o mais adequado para as economias inflacionárias, exatamente por refletir custos mais próximos da realidade de mercado.
93 C	No processo de planejamento e programação da produção a demanda por qualquer item deve ser prevista e calculada para evitar transtornos produtivos. A demanda independente consiste naquela demanda por um item, componente ou produto que é relativamente imprevisível. De certa forma, existe um elemento de acaso na demanda que é virtualmente independente de qualquer fator evidente para a empresa. Nesse caso, há necessidade de planejamento e programação.
94 C	Em níveis reduzidos de estoques o giro de produto é rápido e, conseqüentemente, o controle acontece em ciclos menores, facilitando a identificação de variáveis que indiquem baixa qualidade.
95 C	Almoxarifado é a unidade administrativa de uma organização pública ou privada que é responsável pela guarda e conservação de materiais, em recinto coberto ou não, adequado à sua natureza, tendo a função de destinar espaços onde permanecerá cada item aguardando a necessidade do seu uso, ficando sua localização, equipamentos e disposição interna acondicionados à política geral de estoques da empresa.



96 C	O arquivo corrente ou de primeira idade é aquele constituído por documentos em curso ou consultados com frequência. Portanto, documentos que tramitam bastante. Por meio de uma avaliação do valor do documento, a organização determina o período que o mesmo deverá ser mantido em arquivo e sua destinação final (eliminação ou recolhimento para guarda permanente). Os documentos em arquivo corrente podem ser eliminados, sim, desde que verificada a não necessidade de sua guarda.
97 C	A avaliação dos documentos e consequentemente a determinação do seu valor possibilita organizar – por meio de métodos de arquivamento variados – os documentos em arquivos, além de possibilitar a eliminação daqueles que não tem mais valor administrativo. Esse processo de organização facilita a localização de um documento e a recuperação da informação, quando necessário.
98 C	O recomendado é que a atividade de avaliação dos documentos e estruturação da Tabela de Temporalidade seja desenvolvida por uma comissão chamada de Comissão de Análise de Documentos, mas nada impede que a organização atribua essa função a uma única pessoa. Porém, é de fundamental importância que ela seja desenvolvida por uma pessoa ou pessoas (no caso de uma comissão) que conheçam muito bem a organização, sua estrutura, dinâmica e necessidades. Só assim será possível definir o correto valor do documento, temporalidade e sua destinação final.
99 C	A avaliação documental permite determinar a destinação final (arquivo permanente ou eliminação) dos documentos a partir do seu valor futuro. A eliminação de documentos sem valor futuro na fase corrente (primeira idade) ou na fase intermediária (segunda idade) evita o inchaço dos arquivos; torna-os enxutos e leva a ganhos de espaço físico.
100 E	O fato da organização realizar a avaliação documental não implica, necessariamente, em aumento do efetivo humano ou material. Ela pode fazer – caso não conste na sua descrição de cargos – a atribuição dessa função a um funcionário ou grupo de funcionários já pertencentes ao quadro de pessoal.
101 C	O arquivo corrente ou de primeira idade é constituído de documentos em curso, consultados frequentemente pelo próprio setor ou emprestados a outros setores com relativa frequência, conservados nos escritórios ou repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso.
102 E	Os documentos em arquivo corrente ou de primeira idade podem ser emprestados a outros setores, o que ocorre normalmente e com relativa frequência, sem problemas.
103 E	Dependendo do tipo de suporte (papel, CD, microfilmes, etc.) que caracteriza o documento é que serão delineadas as atividades para a sua conservação, armazenamento e restauração. Não é possível generalizar, haja vista que cada tipo de suporte demanda cuidados específicos de conservação.
104 E	Atividades como autuação, controle de tramitação, distribuição e expedição dos documentos são atividades de protocolo e não de arquivo. Ao arquivo cabe o conjunto de operações destinadas ao acondicionamento e armazenamento de documentos.
105 C	Para organização do arquivo existem vários métodos que podem ser adotados pela organização. Tais métodos consistem na forma que os documentos serão armazenados, visando a sua localização futura. Dentre os métodos desenvolvidos encontram-se o alfabético (utiliza um nome existente no documento para organizá-lo de forma alfabética), geográfico (os documentos serão organizados de acordo com o local ou setor em que foram produzidos) e numérico-cronológico (toma-se por base uma data, que pode ser a de produção do documento, para sua organização).
106 E	A assertiva está completamente equivocada. A CF, no rol de garantias individuais (Art. 5º), buscando proteger o cidadão de qualquer abuso estatal, diz que o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, não sendo justa portanto a recusa em fornecer tais informações.
107 E	Embora juízes e promotores tenham algumas prerrogativas que dificultam suas prisões em flagrante delito, tais direitos não estão previstos na CF (que traz apenas imunidades para deputados, senadores e presidente da república). Além disso, o servidor do Ministério do Planejamento não é um membro do poder judiciário (são membros do poder judiciário apenas juízes).
108 C	Toda prisão em flagrante ocorrida deve ser imediatamente comunicada à autoridade judiciária, conforme expõe o artigo 5º da Constituição Federal, sendo esta regra um direito fundamental de primeira dimensão que, portanto, não comporta exceção.
109 C	A assertiva está correta. Nos termos do artigo 22, da CF, é competência privativa da União legislar sobre Direito Penal. Sendo assim, não pode existir lei estadual ou municipal que tenha conteúdo de Direito Penal (somente lei federal pode dispor de tal assunto).



110	E	A assertiva está errada porque a CF elege como um de seus direitos fundamentais a irretroatividade da lei penal mais grave . Isso significa que em tema de Direito Penal (Criminal), uma nova lei só poderá atingir fatos do passado - como é o caso de Beatriz – se for para beneficiar (por exemplo, para diminuir a pena). No caso apontado na assertiva, a lei é posterior e vem piorar a situação de Beatriz, razão pela qual, não pode ser aplicada.
111	C	Realmente o projeto de lei feito pelo Senador deve ser considerado inconstitucional. Isto porque, além de ferir a isonomia (já que os cargos de Delegado e de Agente possuem atribuições e responsabilidades distintas), o artigo 37, no inciso XIII, diz que <i>é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público</i> .
112	E	Em princípio, poderia o candidato acreditar que tal assertiva estaria correta – tanto é verdade que o próprio CESPE assim considerou em seu gabarito preliminar, vindo alterar de certo para errado apenas após a interposição de recursos. Tal assertiva, em uma primeira leitura, estaria correta porque o artigo 61 diz que é de competência privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração . Ocorre, porém, que tal alternativa passou a ser considerada incorreta no gabarito definitivo porque, primeiramente, a CF não usa a terminologia “Lei” e não “projeto de lei”. Em segundo lugar a CF não utilizou a terminologia ampla “servidores públicos federais”; muito pelo contrário, de acordo com o artigo 61, é de competência privativa do presidente da república a iniciativa de leis que aumentem a remuneração de servidores públicos da administração DIRETA e AUTÁRQUICA, excluindo-se, portanto, os servidores que atuam perante fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.
113	E	O subsídio é a forma de remuneração de certos servidores públicos, especialmente os Juízes, os Promotores e os detentores de Mandatos eletivos (como deputados, senadores, presidente etc...). A CF não prevê que os cargos em comissão serão remunerados por meio de subsídio, sendo esse o principal erro da assertiva.
114	C	Diz o art. 37, XI, da CF, que o limite da remuneração dos servidores Públicos no Brasil, incluindo as vantagens pessoais , é o valor do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso significa que nenhum servidor público no país pode receber remuneração (mesmo que somando as vantagens pessoais) superior à do Ministro do STF.
115	C	O projeto de lei apontado na assertiva é manifestamente inconstitucional, já que de acordo com o artigo 37, da CF, diz que os cargos e empregos públicos serão acessados mediante concurso público. Isso significa que o cargo em comissão - que é de livre nomeação e exoneração – é excepcional em nosso país, servindo apenas para funções de direção, chefia e assessoramento, atribuições estas que não se compatibilizam com o cargo de agente da polícia federal.
116	E	A alternativa está errada porque diz o §6º, do artigo 40, da CF, que ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio (regime previdenciário dos servidores públicos) . Isso significa que, como regra geral, não se pode acumular duas aposentadorias públicas, excetuando-se apenas os cargos constitucionalmente acumuláveis (como é a situação de duas funções de professor ou uma de professor com outra de caráter técnico ou científico). No caso, a assertiva apontou dois cargos da carreira da Polícia Federal – não acumuláveis, portanto – de forma que é inconstitucional a percepção de dupla aposentadoria pelo servidor respectivo.
117	C	A alternativa está correta porque Antônio se amolda às situações excepcionais em que a CF autoriza a acumulação remunerada de cargos públicos (CF, Art. 37, XVI). Veja-se que o aludido servidor está acumulando um cargo de professor com outro cargo de natureza científica, além de haver compatibilidade de horários, inexistindo impedimento portanto.
118	C	A exigência contida no edital realmente é inconstitucional porque fere a livre concorrência (que é o objetivo do concurso público), privilegiando indevidamente apenas um pequeno grupo de pessoas. A nossa CF não admite privilégios odiosos, de forma que como regra geral o acesso a cargo público deve ser facultado a todo e qualquer cidadão que preencha certos requisitos e que tenha compatibilidade com as exigências do cargo (como condição física e idade razoável para agente da polícia federal), não sendo um critério razoável para escolha de servidores o só fato de ter sido o candidato membro de determinada carreira anteriormente. Ora, permitir apenas que policiais federais de carreira pudessem concorrer ao cargo de Delegado é ferir de morte o objetivo da Constituição em garantir, por meio do concurso público, a livre concorrência e, sobretudo, a exclusão de privilégios a determinados grupos.



119 E	A assertiva contém dois erros. Primeiramente, a prisão oriunda de ordem judicial (que não se confunde com a prisão em flagrante) somente pode ser cumprida durante o dia . Ademais, quando a CF diz que a casa é asilo inviolável da pessoa – nela só podendo ingressar o terceiro em alguns casos, como o de catástrofe, ou por ordem do Juiz – também está protegendo o escritório profissional. Em assim sendo, o escritório do Advogado também tem a intimidade protegida, só podendo haver arrombamento da porta e o ingresso de Policiais por ordem específica do Juiz, além de outras exigências contidas em lei específica.
120 E	O que importa para fixar a competência para o processo e julgamento do fato é o crime cometido e não a condição de ser ou não um servidor público. Sendo assim, o crime de homicídio comum, ainda que praticado por delegado federal, não está incluído nas hipóteses do artigo 109, da CF (que traz as regras de competência da Justiça Federal), sendo de competência da justiça estadual. Nessa medida, somente compete à Justiça Federal cuidar dos processos que tenham por objeto algumas das situações descritas no artigo 109. Ademais, diferentemente dos Juízes, dos Promotores e dos detentores de mandatos eletivos (com exceção de vereadores), os Delegados de Polícia não possuem o chamado “foro por prerrogativa de função” (que garante às mencionadas autoridades, o direito de ser julgado em um tribunal superior, diferente do que acontece com o cidadão comum).

😊 É isso aí!